

DIRETO DOS EUA

Mobilização para volta de Bolsonaro

PL pede ao governador Ibaneis Rocha e ao Ministério da Justiça reforço de segurança para o retorno do ex-presidente, na quinta-feira

» LUANA PATRIOLINO

O retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Brasil está mobilizando as forças de segurança do Distrito Federal. Hoje, os órgãos públicos farão uma reunião para discutir a atuação durante a chegada do ex-chefe do Planalto e a preservação da área do Aeroporto Internacional de Brasília — onde ele vai desembarcar na quinta-feira, por volta das 7h.

A ação atende a um pedido do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que enviou ofício ao governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), e ao Ministério da Justiça requerendo apoio na segurança para a chegada do ex-presidente. A Polícia Federal também foi acionada.

“Solicitamos que seja designado um destacamento das forças de segurança do Distrito Federal com o objetivo de auxiliar na segurança do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como evitar atos que possam ter desdobramentos e que resultem em violência ou depredação de patrimônio público ou privado”, disse o presidente do PL em documento encaminhado a Ibaneis Rocha.

Antes de se dirigir ao governador, Valdemar Costa Neto havia pedido reforço ao secretário de Segurança do DF, Sandro Avelar. No aeroporto, vão esperar por Bolsonaro o presidente do PL, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o ex-ministro Walter Braga Neto, que foi vice dele na chapa pela reeleição, derrotada em outubro do ano passado.

O ex-presidente disse a

Alan Santos/PR



Jair Bolsonaro foi para os Estados Unidos, no fim de dezembro, após derrota nas eleições para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

aliados que não quer festa no aeroporto. Mas, segundo os integrantes do PL, haverá uma recepção de apoiadores.

No Telegram, principal plataforma de comunicação dos bolsonaristas mais radicais, há uma intensa movimentação para a espera no local. Alguns, inclusive, planejam acampar no aeroporto para tentar falar com Bolsonaro no momento do desembarque. A ação das forças de segurança deve se limitar

apenas à chegada do ex-chefe do Executivo.

Bolsonaro está nos Estados Unidos desde o fim de dezembro do ano passado, após sair derrotado das eleições que definiram Luiz Inácio Lula da Silva como novo presidente do país.

De volta ao Brasil, Bolsonaro deve cumprir uma agenda institucional como presidente de honra do PL. Ele também deve aproveitar para se consultar com o médico-cirurgião Antônio Luiz

de Vasconcellos Macedo. Está previsto um procedimento de correção de hérnia e obstruções intestinais por conta do episódio da facada, durante a campanha para a Presidência da República em 2018, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Em solo americano, Bolsonaro participou de eventos e questionou publicamente o resultado das eleições presidenciais do Brasil, além de defender bandeiras conservadoras,

como flexibilização do armamento, “família tradicional”, e disparar críticas ao Judiciário brasileiro.

Ele deve manter o tom no Brasil para inflamar as alas bolsonaristas e tentar provocar impacto nas eleições municipais de 2024.

O PL está apostando todas as fichas na influência do ex-presidente e de Michelle Bolsonaro para conseguir bons resultados nos pleitos de 2024.



Solicitamos que seja designado um destacamento das forças de segurança do Distrito Federal com o objetivo de auxiliar na segurança do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como evitar atos que possam ter desdobramentos e que resultem em violência ou depredação de patrimônio público ou privado”

Trecho do pedido do PL, encaminhado ao governador Ibaneis Rocha

O objetivo de Valdemar Costa Neto é triplicar o número de prefeituras que a legenda controla no país.

O partido tem 328 prefeituras, mas pretende aumentar o número para mais de mil. Atualmente, as siglas com maior capilaridade nos municípios são MDB, com 784; PP, com 685; e PSD, com 654. O PL visa, ainda, municípios das grandes capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

INVESTIGAÇÃO

TSE ouve testemunhas de defesa do ex-presidente

» RENATO SOUZA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu sequência à oitava de testemunhas no âmbito de uma ação de investigação eleitoral (Aije) que corre na Corte para apurar acusações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na tarde de ontem, foram ouvidos o deputado Filipe Barros (PL-PR) e o ex-deputado Major Vitor Hugo (PL-GO). Os depoimentos ocorreram por videoconferência.

A investigação — aberta na Corte a pedido do PDT — apura se Bolsonaro cometeu crime eleitoral ao convocar uma reunião com embaixadores, em julho de 2022, na qual atacou o sistema eleitoral. Se condenado, o ex-presidente pode ficar inelegível.

Bolsonaro apresentou Filipe Barros, Vitor Hugo e outros como testemunhas de defesa. Hoje, devem ser ouvidos a ex-jogadora Ana Paula Henkel e o jornalista Augusto Nunes.

O ex-presidente afirma que

Filipe Barros foi convidado para uma transmissão realizada no ano passado por ser o relator de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que discutia o voto impresso.

Na mesma ação, já foram ouvidos os ex-ministros Carlos França, Ciro Nogueira e Anderson Torres — que está preso, acusado de envolvimento nos atentados contra as sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro.

A diligência também apura transmissões realizadas pelo ex-presidente em 2021, assim como outros episódios em que ele colocou em dúvida a integridade do sistema de votação, sem apresentar provas.

Nesse processo no TSE foi incluída a minuta de decreto golpista encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres durante diligência da Polícia Federal no âmbito da investigação dos atos extremistas contra as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro.

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



O deputado Filipe Barros depôs por videoconferência

» Hackers no banco dos réus

A Justiça Eleitoral colocou no banco dos réus quatro hackers que invadiram o sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) às vésperas das eleições 2020, obtiveram dados de servidores da Corte e divulgaram as informações na internet. O ataque não teve impacto no pleito ou qualquer relação com as urnas eletrônicas. Com a abertura da ação, os quatro denunciados vão responder por associação criminosa. De acordo com a Promotoria do Distrito Federal, o grupo praticou os crimes a partir de outubro de 2020, com ajuda de um adolescente.

Desafeto de Moro sob proteção

» VINICIUS DORIA

O juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal de Curitiba, que comanda a Operação Lava-Jato, ouviu ontem, por videoconferência, o depoimento do advogado Rodrigo Tacla Duran. Ele ratificou a acusação de que recebeu um pedido para pagamento de propina de Carlos Zoccoloto Junior, ex-sócio da agora deputada Rosângela Moro (UB-SP), esposa do ex-juiz da força-tarefa e atualmente senador Sérgio Moro (UB-PR).

Em 2019, Duran acusou Zoccoloto de propor uma intermediação junto a Moro e ao então procurador Deltan Dallagnol, eleito deputado federal, para negociar uma delação premiada e não ser preso. Appio encerrou a audiência porque considerou que o caso está sob jurisdição do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal.

Moro, a esposa e Dallagnol têm foro privilegiado, porque ocupam assentos no Congresso. Em seu despacho, após encerrar a oitiva, Appio considerou

que os processos da Lava-Jato “se encontram suspensos por decisão soberana do STF”. Mas acatou o pedido para que Tacla Duran seja incluído no programa federal de proteção a testemunhas, “por conta do grande poderio político e econômico dos envolvidos”. Tacla Duran está em Madrid, de onde prestou o depoimento.

Ex-advogado da empreiteira Odebrecht, ele teve pedido de prisão decretado por Moro em 2016, acusado de lavagem de dinheiro em montante que superava R\$ 50 milhões. Filho de espanhol, ele tem dupla cidadania. Em 2016, foi para Madrid.

A ordem de prisão da Justiça Federal foi revogada por Appio no mês passado, quando assumiu o comando da Lava-Jato.

Em nota, Moro declarou que “não teme qualquer investigação” e “lamenta o uso político de calúnias feitas por criminoso confesso e destituído de credibilidade”. Segundo o senador, Tacla Duran “confessou lavar dinheiro para a Odebrecht e teve a prisão preventiva decretada pela Lava-Jato”.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A SUA DENÚNCIA SALVA

DISQUE 190 E AJUDE A SALVAR UMA VIDA

